

**Artigo de opinião**  
(Por Lúcio Neto Amado)

**Título: Diagnóstico psicanalítico da sociedade São-tomense.**

**(Parte II)**

**SOCIEDADE**

**As Elites**

As elites são, grosso modo, compostas por indivíduos ou grupos de indivíduos que ocupam posições de relevo e que, por essa razão, influenciam de alguma maneira a sociedade no seu todo.

Uma parte substancial dessas elites<sup>1</sup>, supostamente culta, organizada, não têm dado conta do recado, relativamente àquilo que a sociedade, em geral espera dela. A sua performance parece não inspirar grande interesse por parte dos cidadãos São-tomenses.

Sobre as elites, Boudon<sup>2</sup>, (1990) refere que *“(...) as elites dos países pouco desenvolvidos têm maior tendência para consumir do que para investir, devido à existência de um efeito de demonstração através do qual as elites são incitadas a adoptar os modelos de consumo dos países «ricos»”*.

**As Forças Armadas e de Segurança**

As Forças Armadas e de Segurança estão neste momento a fazer uma grande *travessia no deserto*. Os últimos acontecimentos verificados no país<sup>3</sup>, não abonam nada a seu favor. A tropa é, em princípio, o *«espelho»* de um país, no que se refere ao comportamento, organização, disciplina<sup>4</sup>. Onde falha a sociedade civil é suposto, eles não falharem. Contudo, os seus elementos fazendo parte integrante da sociedade, tendencialmente, reflectem o seu *modus vivendi*.

A polícia, também teve o seu momento, pouco consentâneo, com aquilo que os cidadãos esperam dessa força militarizada. Falamos, naturalmente dos episódios<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre elites ver obras de Janes Bryce (1838-1922), Moisei Ostrogorski (1854-1919), Vilfredo Pareto (1848-1923), Max Weber (1864-1920), Gaetano Mosca (1858-1941), Sandra Balão (n. 1969).

<sup>2</sup> BOUDON, Raymond, (1990) “O Lugar da Desordem”, 1ª edição, Gradiva, Lisboa, pág. 123.

<sup>3</sup> A tropa, de acordo com alguns órgãos de informação nacional e estrangeiro, recusou-se, liminarmente, a prestar a Guarda de Honra ao Presidente da República, aquando da sua partida e chegada numa visita oficial que o mais alto magistrado da nação realizara ao estrangeiro. Um caso insólito que fez rolar «cabeças», nomeadamente, o chefe-de-estado-maior, um oficial general, com a patente de brigadeiro.

Esse oficial general teceu posteriormente duras críticas (indisciplina nos quartéis foram algumas palavras proferidas, que passaram nos órgãos da comunicação social do país) dirigidas à própria tropa, que ele comandara. Sintomático.

<sup>4</sup> É preciso sublinhar-se que a Democracia no Exército não pode significar indisciplina nos quartéis.

<sup>5</sup> A polícia avançou em força para o edifício do Tribunal, disparando, provavelmente, como forma de intimidação aos Magistrados. O busílis da questão parece residir no veredicto atribuído a um Juiz de Direito, que terá condenado, elementos da Polícia, por motivos, em que ambas as partes se julgam com Razão.

ocorridos no edifício do Tribunal, essa Casa que, em princípio, funciona como o garante da justiça plena para o cidadão e para o próprio Estado de Direito.

A Polícia de Investigação Criminal (PIC) necessita de formação, de ter o salário melhorado, onde o subsídio de risco deve estar presente. Há que dar mais dignidade aos seus membros que trabalham em condições precárias. Procedimento semelhante deverá ter os membros da Guarda Prisional, que necessitam ter nos seus quadros um gabinete composto de psicólogos, de assistentes sociais, de advogados e de sociólogos.

Pensamos que a matrícula das viaturas das forças de segurança devia obedecer aos mesmos critérios dos da sociedade em geral. Ninguém está acima da Lei. A matrícula das viaturas, tal como a sociedade deve ser transparente e de fácil leitura.

### **A Justiça**

A Justiça no nosso país, não parece «viver» no universo terreno<sup>6</sup>. Tal como as outras instituições da República, os Tribunais andam com *fraquezas* acentuadas no que concerne a aplicação daquilo que o cidadão procura: a justiça.

É urgente criar-se um Tribunal de Família e de Menores, para dar resposta aos desmandos que ocorrem no dia-a-dia do Arquipélago.

O silêncio parece residir nos casos que nos chegam através da R. B. B.<sup>7</sup>, uma vez que a imprensa escrita e falada se esconde, provavelmente, dentro das paredes da redacção de cada órgão. Tanto a rádio como a televisão não informam nem formam os cidadãos, amarrados à autocensura, à dependência económica, ao poder político.

Contudo, alguns magistrados São-tomenses devem desconhecer o que o antigo Director do Centro de Estudos Judiciários de Lisboa<sup>8</sup>, ensinava aos Auditores de Justiça: *“quem não tem coragem para ser juiz, deve ir para Conservador do Registo Civil e, assim limita-se a emitir certidões de nascimento, de casamento e de óbito sem ter qualquer incómodo”*.

E nesta ordem de ideias e, na senda deste emérito jurista, acrescentamos a seguinte passagem bíblica do Eclesiástico (Capítulo 7; Versículo VI) contra a mentira: *não procures ser juiz se não tens suficiente força para fazer frente às injustiças, não vá acontecer que temas diante de um homem poderoso e te exponhas a pecar contra a equidade*.

### **Os políticos**

Uma parte dos políticos deixa a nossa sociedade com uma nítida sensação de completa *orfandade*.

Ao longo de mais de três décadas de independência, ainda não conseguimos encontrar um político que tenha, manifestamente... carisma. Mais difícil se torna «encontrar» um político que seja um líder, no sentido restrito do termo.

---

<sup>6</sup> A Justiça parece querer seguir as pisadas da Alice no país das... maravilhas. Para ela tudo está bem como no tempo de Adão (personagem bíblica) que habitou, durante muito tempo o Paraíso Divino.

<sup>7</sup> As iniciais R. B. B., querem dizer, na gíria local, Rádio Boca a Boca. Como os casos noticiosos, que aparentam ter alguma gravidade não são divulgados, a população recorre, como é óbvio, à especulação.

<sup>8</sup> Falamos do doutor Álvaro Laborinho Lúcio que exerceu, também o cargo de Ministro da Justiça de Portugal.

Mas as sociedades não funcionam sem essa classe<sup>9</sup> que orienta os destinos do cidadão no seu todo, fruto dessa «*invenção*» chamada de *sistema político*.

O país está neste labirinto devido à acção e aos procedimentos por eles (não) imprimido à esta sociedade, cuja população cabe, com algum jeito, dentro de um estádio, imaginem, de futebol. Somos uma República que ainda não tem (de acordo com a estatística (?)) 200 mil habitantes.

## **A Governação**

A Governação continua a ser na actualidade, o *calcanhar* de *Aquiles* da nossa existência.

O Estado, a quem é atribuído o ónus dessa governação, existe para dar sinais claros à sociedade de acordo com os supremos interesses dos cidadãos. Regra geral, o Estado arregimenta, muitas competências para o *bem* e para o *mal*. O *mal* contempla, entre outras coisas, a *corrupção* de alguns membros que integram ou venham a integrar a equipa governativa.

Não é fácil definir o Estado, os seus limites e as suas atribuições. Registamos, contudo, que autores existem, que defendem que o Estado não passa de... “*uma ideia*”.

A Governação continua, passados esses anos todos, a deixar-nos a todos, à beira de um ataque de nervos. Não conseguimos acertar na forma, independentemente dos modelos de governação que nos batem, todos os dias, à porta.

Difícilmente se ouve discutir-se a Economia (tanto a macroeconomia como a microeconomia) na nossa Pátria. A Política sobrepõe-se, especulativamente à Economia.

Convém não perder de vista que a Governação obedece, também a regras que devem ser estritamente cumpridas no âmbito protocolar. Não se compreende que se tenha realizado um acto importante – a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) – no nosso país, que culminou com uma missa solene realizada, no domingo (dia 16/03) na Catedral da cidade de São Tomé e os membros do Governo e dos Partidos Políticos não se tenham feito representar. Apesar de sermos um Estado Laico, o Estado tem que se fazer representar em actos dessa natureza por uma questão Protocolar.

O mesmo passou-se no mês anterior, pela altura da inauguração de uma exposição cultural, alusiva ao poeta lusófono Fernando Pessoa. Um membro do Governo português deslocou-se, de propósito, ao nosso país<sup>10</sup>, para presidir ao acto. Os nossos governantes e políticos, não estiveram presentes.

Enfim... convém distinguir os actos que são de natureza estritamente Protocolares de outros.

---

<sup>9</sup> Essa classe cujos seus membros se podem aplicar a seguinte máxima: *e aqueles a quem na lotaria da história lhes saiu a sorte grande teimam em ignorar os seus concidadãos*. In Gilbert Cesbron (1971) “Não queria estar na tua pele”, Livraria Bertrand, Lisboa.

<sup>10</sup> Coincidu com a visita oficial, ao nosso país, efectuada pelo Presidente da República da China Taiwan.

## A ilha do Príncipe

Os nossos compatriotas da ilha do Príncipe continuam a ter uma situação complicadíssima, pois de um tempo a esta parte, não conseguem ter um barco em condições para fazer a ligação entre as duas Ilhas. Os géneros alimentícios e o combustível não chegam à Ilha do Papagaio em tempo útil. O antigo porto está, praticamente inoperante. O guindaste continua a não ter “força” suficiente para erguer a mercadoria que teima em não chegar.

Os habitantes da ilha vivem uma grande parte do seu tempo, sem terem o prazer de assistir, na televisão, os grandes jogos de futebol internacional, a telenovela, o noticiário e filmes, que em São Tomé se assiste em qualquer quiosque de bairro. A falta de energia eléctrica é crónica e sistemática.

O avião é outro quebra-cabeças para todo o São-tomense, pois o preço praticado é, verdadeiramente, proibitivo. Significa que grande parte da população não tem hipótese de visitar familiares em ambos os sentidos.

Pensamos que os detentores do Poder terão de ser céleres agindo em conformidade, para solucionar esse e outros problemas que afectam a população de uma parcela do território nacional.

## **A Sociedade civil**

Sociedade Civil é uma expressão cujas primeiras definições, terão surgido no século das «luzes», ou seja no século XVIII. Na actualidade, a Sociedade Civil encerra uma imensidão de definições.

Em São Tomé e Príncipe, é difícil aperceber-se da sua existência, devido aos problemas que encerram a sua plena actuação. Contudo, existiu nos últimos dois anos uma Instituição de natureza jurídica, (falamos da Ordem dos Advogados), representados pela doutora Celiza Deus Lima e pelo doutor Adelino Pereira, que assumiram e desempenharam, com garra, o papel de Sociedade Civil. Uma gota de água no... oceano.

## **O Património**

Quando se fala de Patrimónios, sentimos que a nossa História colectiva está irremediavelmente ligada a esse acervo sócio cultural.

A nossa CULTURA continua a andar, nos chamados *Mares da Amargura*. Desde logo, quando os dirigentes e os governantes se deslocam ao estrangeiro, as suas pomposas comitivas, essas, geralmente, não integram qualquer elemento da Cultura. Essa Cultura que parece ser, um autêntico parente pobre, da maioria de elencos governamentais que dirigiram os nossos destinos, durante cerca de quarenta (40) anos.

Nós (o país) procuramos «*financiamentos*» em todas as capitais de países «amigos» e quejandos. Mas esquecemos, que, os povos também se alimentam de, e, com a... CULTURA.

No outro dia, um concidadão com quem nos cruzamos, junto ao mercado municipal, confidenciou-nos que a Cultura no nosso país é confundida com... folclore. Enfim. São sentimentos de (grande) impotência, por parte de alguns concidadãos nossos, do qual partilhamos.

Os próprios marcos históricos da República são ignorados por alguns docentes e discentes. Estudantes fazem todo o percurso liceal e chegam a patamares superiores sem saber que o Arquipélago de São Tomé e Príncipe já conteve em si as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom e o Forte de São João Baptista de Ajudá, encravado na Costa do Daomé, tendo este pertencido ao país até a década de 1960.

Também desconhecem, provavelmente, o valor histórico das Fortalezas de São Sebastião e de São Jerónimo. Ignoram uma parte da História do País que foi ocultada ou consumida pelo complexo de cimento armado que é o Hotel Pestana. E que dizer, das estátuas apeadas e mascaradas (?), que estão junto a Praia da P. M.?

Simplesmente... Incultura de quase todos nós, que passamos desses sítios,  *fingindo e assobiando* para o ar, como se nada se passasse.

Mas uma vez, enalteçamos os nossos compatriotas do Príncipe, que aparentam ter um pouco mais de respeito pela História.

### Outros patrimónios?

Os outros patrimónios estão, no estertor da «*morte*». Falamos dos edifícios; dos passeios; dos pavimentos das ruas das duas maiores cidades; das nossas antigas Roças coloniais, entre outros.

O Hospital da Roça Rio de Ouro hoje, apelidada de *Agostinho Neto*, o símbolo de todo esse património que herdamos da governação colonial, deixou de estar no estertor da «*morte*». Já *morreu*. A queda do edifício desse sumptuoso Hospital<sup>11</sup> é a segunda *morte* anunciada das antigas Roças no seu todo. Esse simbolismo representa, no limite, a nossa incapacidade, a nossa negligência, a nossa ignorância...

Mas o Palácio do Povo também está a ser «vandalizado», com as viaturas dos funcionários que lá trabalham. Colocam-se viaturas oficiais debaixo das bonitas arcadas do edifício (de arquitectura colonial), com tudo de negativo que existe: são óleos que escorrem para o chão, são tubos de escape e gases que são expelidos para as paredes, enfim, um problema... Pode-se perfeitamente deixar os carros nos parques de estacionamento que existem dentro do espaço, ou no limite, ficam, fora do recinto do Palácio. Se existem sentinelas, elas que cuidem da segurança dos ditos carros.

Os outros edifícios, nomeadamente o Tribunal, as Finanças, a Câmara Municipal (*provisoriamente (?) ocupado pelo gabinete do senhor Primeiro Ministro*), o edifício das Alfândegas, entre outros, estão a ser maltratados. E os Hospitais? E o Aeroporto?

No Príncipe, nota-se que o edifício construído de *madeira*, que albergava noutros tempos, as entidades oficiais, também está bastante degradado. É um edifício que fica à entrada da cidade. Existe outra construção, junto as instalações da Rádio Oficial do Príncipe que está, igualmente numa fase... terminal. Contudo, o Palácio do Presidente do Governo Regional está um... *mimo*, ou seja, está bem cuidado e vê-se que existe preocupação e gosto na manutenção desse símbolo de Poder.

---

<sup>11</sup> Dentro de pouco tempo terá desaparecido toda a arquitectura colonial da nossa História colectiva. Com o ruir desses edifícios, às gerações futuras nada restará como referência de um passado recente rico de acontecimentos.

A Língua, outro património fundamental da nossa existência, continua a desaparecer, pois, já quase ninguém a fala.

Com excepção da ilha do Príncipe, onde se introduziu a Língua local nos currículos escolares (um muito obrigado, a quem de direito, por esse sentimento, altamente patriótico); em São Tomé, a Igreja católica, conseguiu dar, também, um pontapé na crise, introduzindo, a Língua forro nos seus cantos litúrgicos. Os artistas e os grupos musicais, fazem mais pela Língua do que quem de direito.

## O País

A conhecida poetiza São-tomense Alda do Espírito Santo dizia numa obra sua que “*Mataram o Rio da Minha Cidade*”. Agora, pensamos que estão a matar as cidades e as outras localidades do nosso país.

Na cidade capital, o camartelo derrubou, furiosamente um edifício que supomos ter pertencido à firma Lima e Gama, onde se arranjavam batelões e lanchas que traziam e levavam mercadorias para bordo dos navios que aportavam o nosso país. Esse edifício, situado na zona de Espalmador (*Plamadô*) era nos últimos tempos, habitado pelo senhor Txim-txie.

No percurso conhecido como *subida do Hospital*, foi abatida, sem apelo nem agravo, uma árvore de mangueira centenária. Os outros edifícios e a própria cidade estão numa obscuridade atroz. É uma tristeza ver-se a barreira de protecção do quebra-mar, que vai desde a entrada da cidade, junto ao novo supermercado<sup>12</sup>, até à praia (Perigosa) em frente ao Estádio Nacional, a desmoronar-se. A Baía de Ana Chaves perde toda a sua beleza.

A cidade do Príncipe, também não foge a este tipo de diagnóstico. Essas são as duas maiores cidades do arquipélago. Logo, deviam funcionar, na nossa opinião, numa lógica, mais racional.

Os mercados, as ruas, os largos e outros espaços públicos devem ser bem cuidados, principalmente quando se refere à limpeza, o que hoje não se verifica.

É necessário haver mais passadeiras para os peões. Naturalmente que se deve implementar, também medidas que protejam os peões.

Curiosamente, todos têm prioridade nas ruas do país: os carros, as motos, as bicicletas. As pessoas são as únicas que não têm. Atravessar a rua em São Tomé e Príncipe é um acto de grande perigo, porque os automobilistas e afins, quando vêem pessoas nas passadeiras, aceleram a sua “máquina” em vez de reduzirem a velocidade.

Existe uma «*coisa*» que parece andar escondida de grande parte de todos nós, sem excepção: essa «*coisa*» dá-se pelo nome de *Sentimento de Pertença*<sup>13</sup>. Há que sentir orgulho do que é nosso. E, dizemos com toda a propriedade que a República [democrática] de São Tomé e Príncipe é nossa.

---

<sup>12</sup> Um supermercado que, até importa vinhos únicos (?) com nomes bastante sugestivos como: “Paizinho” e “Terra Mãe”.

<sup>13</sup> Os nossos compatriotas na diáspora sentem o país como ninguém. Apesar da vida difícil de um imigrante, esse *sentimento de pertença*, anda “colado” ao corpo e a alma desses concidadãos que lutam por uma vida melhor, longe da sua Pátria..

É necessário haver mais respeito pela propriedade privada. Quem ocupa ilegalmente o terreno do outro, provindo sobretudo da herança familiar, deve ser obrigado, judicialmente a abandonar o mesmo.

### **A Igreja**

A Igreja é uma Instituição que merece o respeito de todo o cidadão, seja ele de que condição social for.

Ninguém fica indiferente a este órgão de carácter religioso. Basta dizer que qualquer cidadão, agnóstico ou não, quando se vê em apuros, a primeira coisa que evoca é... Deus.

Apesar de proliferarem igrejas por quase todas as localidades do país, elas continuam a «*doutrinar*» os seus fiéis que acorrem, em grande número para os cultos com o provável, objectivo de resolver os seus problemas espirituais, materiais e sociais que a sociedade tarda em resolver.

Espirituais ou não, as Igrejas, em São Tomé e Príncipe, conseguem, apesar de tudo congregar uma *mão cheia* de indivíduos que procuram, algo que a sociedade parece não ter, ainda, para dar. É preciso não esquecer que a igreja normalmente ganha maior projecção nos momentos de crise social.

### **As Repartições Públicas**

Lutam com um problema complicadíssimo que tem a ver com a organização, com a responsabilidade, com a ética e com a moral.

Quem governa saberá melhor que ninguém, que, sem esses adjectivos, não se consegue resolver seja o que for. Não se deve perder de vista que o nosso modelo deve ser traçado a partir dos princípios que impomos nas nossas casas, com a nossa família, etc.

As Repartições Públicas existem, para resolver os problemas dos cidadãos. O contrário não é verdade. Quem governa não deve perder esse objectivo de vista.

Quase todos os meses vemos na televisão, que o país promoveu uma Formação em qualquer «*coisa*». É importante, mas, temos que entender que só a formação não chega. Tem-se que dar condições de trabalho às pessoas.

Os governantes têm que se aperceber que, só a boa vontade, não move montanhas. As boas práticas somente não chegam. Quando as missões estrangeiras, (que vêm dar formação) se vão embora, o país deve garantir a sustentabilidade dos projectos.

### **Conclusão**

Para concluir, gostaríamos de dizer que este pequeno diagnóstico é feito a pensar nos inúmeros problemas que têm *perseguido* esta nossa novel República.

Devemos, todos, fazer um esforço para superar as dificuldades que o país enfrenta. Tudo na vida se consegue resolver, de uma maneira ou de outra. Apenas a morte não tem solução.

Para isso exige-se uma mudança de atitudes comportamentais, de mentalidade e de postura (quanto baste) para o desempenho das funções a que cada cidadão está sujeito.

Nota-se que as armas brancas são vendidas nas ruas sem qualquer tipo de protecção. Elas servem para ameaçar e agredir e ninguém faz nada com medo de perder votos.

Há tempos escrevemos, num artigo de opinião, que nós, não conhecíamos esta nova geração de jovens, que hoje apelidamos de «*filhos da independência*».

Chamamos «*filhos da independência*» por que eles têm entre os 25 e os 35 anos de idade e, têm aspirações legítimas como, um emprego, o direito a arrendar uma habitação, a ir a um «cinema», ao teatro, à uma exposição, a um concerto, e a outros eventos culturais.

Alguns deles são quadros bem preparados com formação superior e com pós-graduação, dominando no mínimo, duas línguas estrangeiras e com vontade de aplicar aquilo que aprenderam nas grandes universidades, onde se formaram; outros têm igualmente uma boa preparação, juntando a experiência e a formação superior, na sua actividade profissional; outros embora ainda não tenham a formação académica, estão ávidos de a adquirirem. Basta ver a quantidade de indivíduos que frequentam o ensino superior no país, (as forças armadas e de segurança incluídas).

A tropa e as forças de segurança continuam a enviar jovens para as academias militares de alguns países com tradição nessas áreas, com o objectivo de se formarem.

Continuamos a ter a mesma opinião nos dias de hoje.

A ideia que alguns de nós temos acerca do São-tomense tipo, assenta num estereótipo que nada tem a ver com essa globalizada juventude do nosso país que domina, tal, como os seus pares internacionais, a *informática*, as línguas estrangeiras, a *comunicação* e outros *instrumentos* afins.

Existe uma outra franja da juventude que, em termos académicos ficam pela 8ª Classe e, que é necessário, contar-se, também com eles, para ajudar a construir um país, onde haja esperança numa vida melhor, que proporcione o bem-estar para a maioria dos cidadãos.

Também existe aquela pequena franja de jovens, que envereda pelos comportamentos considerados desviantes, onde sobressaem o consumo de alguns produtos proibidos, o alcoolismo, a prostituição, a malandragem, etc.

Os nossos compatriotas na diáspora não devem, em circunstância alguma, serem esquecidos. Eles fazem parte integrante desta Pátria, tal como os que cá residem.

Apesar de tudo, pensamos que devemos trabalhar, todos, para dar o... *salto*, para a obtenção de um país, onde o *bem-estar geral*, a *solidariedade*, o sentido da *responsabilidade*, a *justiça*, não sejam uma miragem, nesta República [democrática] de São Tomé e Príncipe.